

Grupo NC Farma

**Demonstrações financeiras
combinadas em 31 de dezembro de
2018 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas	3
Balancos patrimoniais combinados	6
Demonstrações do resultado combinadas	7
Demonstrações dos resultados abrangentes combinadas	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e aos Acionistas

NC Participações S.A.

Hortolândia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas das operações de produção e comercialização de medicamentos do Grupo NC ("Grupo NC Farma" ou apenas "Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo NC Farma em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação à Entidade combinada EMS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas para fornecer, por meio de uma única

demonstração financeira, informações relativas a totalidade das atividades de produção e comercialização de medicamentos do Grupo NC Farma e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização e informação da administração do Grupo NC Farma e dos seus acionistas/quotistas e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas especificadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras relativas às entidades EMS S.A., CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S.A., EMS Sigma Pharma Ltda., Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda., Luxiotech Farmacêutica Ltda., Germed Farmacêutica Ltda., Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda., Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., Nova Química Farmacêutica Ltda., Monteresearch SRL e Rio Bio Pharmaceuticals, LLC e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

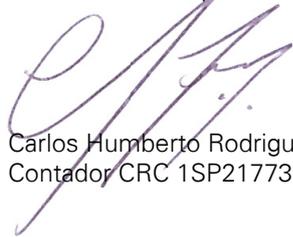
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade combinada EMS.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade combinada EMS. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de setembro de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

Grupo NC Farma

Balancos patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018		2017		Passivo	Nota	2018		2017	
				Reapresentado						Reapresentado	
				vide nota 5						vide nota 5	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	338.129		162.704		Fornecedores	18	355.700		221.048	
Contas a receber de clientes	13	734.265		824.452		Fornecedores a pagar partes relacionadas	28	20.923		17.147	
Contas a receber partes relacionadas	28	52.756		59.596		Empréstimos	19	108.961		116.669	
Estoques	14	668.549		547.568		Salários e encargos a pagar		115.858		69.982	
Tributos a recuperar	15	328.644		215.212		Tributos a recolher		68.862		13.150	
Outros recebíveis	16	267.502		49.443		Imposto de renda e contribuição social a pagar	21	55.704		60.167	
						Impostos parcelados	22	17.618		16.093	
Total do ativo circulante		2.389.845		1.858.975		Dividendos a pagar	28	844.209		180.474	
						Outras contas a pagar		161.966		130.366	
						Total do passivo circulante		1.749.801		825.096	
Não circulante						Não circulante					
Tributos a recuperar	15	74.702		47.598		Empréstimos	19	325.073		197.423	
Depósitos judiciais	20	45.872		54.983		Impostos parcelados	22	64.696		68.605	
Outros recebíveis	16	5.077	0%	5.076		Provisão para perdas com processos judiciais	20	190.603		151.035	
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	12	12.164		3.372		Receita diferida - subvenção governamental		23.249		19.032	
Mútuo entre partes relacionadas	28	227.961		269.961		Outras contas a pagar		6.983		-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	132.822		122.862		Total do passivo não circulante		610.604		436.095	
Outros investimentos		57.979		30.839							
Intangível		43.744		15.173		Patrimônio líquido	23				
Imobilizado	17	964.677		683.612		Capital social		336.696		336.696	
						Reservas de capital		164.019		164.019	
Total do ativo não circulante		1.564.998		1.233.476		Reserva de incentivos fiscais		652.034		413.155	
						Reserva Legal		55.840		52.751	
						Reserva de Lucros		384.483		863.539	
						Ajuste de avaliação patrimonial		2.043		(1.763)	
						Total do patrimônio líquido		1.595.115		1.828.397	
						Participação de não controladores		(677)		2.863	
						Total do patrimônio líquido		1.594.438		1.831.260	
Total do ativo		3.954.843		3.092.451		Total do passivo e patrimônio líquido		3.954.843		3.092.451	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo NC Farma

Demonstrações do resultado combinadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Combinado	
	Nota	2.018	2017
Receita	24	4.039.685	3.685.659
Custo das vendas	25	<u>(1.349.767)</u>	<u>(1.178.077)</u>
Lucro Bruto		<u>2.689.918</u>	<u>2.507.582</u>
Despesas com vendas	25	(332.327)	(332.554)
Despesas administrativas	25	(1.027.614)	(952.242)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	25	1.217	(7.648)
Outras (despesas) receitas, líquidas	26	<u>(43.173)</u>	<u>(52.623)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.288.021</u>	<u>1.162.515</u>
Receitas financeiras	27	97.542	51.187
Despesas financeiras	27	<u>(158.749)</u>	<u>(76.512)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(61.207)</u>	<u>(25.325)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.226.814	1.137.190
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(179.775)</u>	<u>(280.035)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.047.039</u>	<u>857.155</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores		<u>1.046.829</u>	<u>856.626</u>
Lucro atribuível aos acionistas não controladores		<u>210</u>	<u>529</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo NC Farma

Demonstrações dos resultados abrangentes combinadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.047.039	857.155
Outros resultados abrangentes	<u>3.806</u>	<u>(1.763)</u>
Resultado abrangente total	<u>1.050.845</u>	<u>855.392</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores	<u>1.046.829</u>	<u>856.626</u>
Lucro atribuível aos acionistas não controladores	<u>210</u>	<u>529</u>
Resultado abrangente total	<u>1.047.039</u>	<u>857.155</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo NC Farma

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de incentivos	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio	Participação de não controladores	Total do patrimônio
Saldos em 31 de dezembro de 2016 Reapresentado	336.696	164.019	218.119	-	49.638	599.687	-	1.368.159	2.513	1.370.672
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	856.626	856.626	529	857.155
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	(1.763)	-	-	-	(1.763)	-	(1.763)
<i>Destinações do lucro líquido do exercício</i>										
Reserva legal	-	-	-	-	3.113	-	(3.113)	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia	-	-	-	-	-	(227.811)	-	(227.811)	-	(227.811)
Dividendos distribuídos anos anteriores	-	-	-	-	-	(75.459)	-	(75.459)	-	(75.459)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(91.355)	(91.355)	-	(91.355)
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	195.036	-	-	-	(195.036)	-	-	-
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(179)	(179)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	-	567.122	(567.122)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	336.696	164.019	413.155	(1.763)	52.751	863.539	-	1.828.397	2.863	1.831.260
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.046.829	1.046.829	210	1.047.039
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	3.806	-	-	-	3.806	-	3.806
<i>Destinações do lucro líquido do exercício</i>										
Reserva legal	-	-	-	-	3.089	-	(3.089)	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia	-	-	-	-	-	(227.408)	-	(227.408)	-	(227.408)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(1.056.509)	(1.056.509)	-	(1.056.509)
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	238.879	-	-	-	(238.879)	-	-	-
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.750)	(3.750)
Absorção de prejuízo pela reserva legal	-	-	-	-	-	(251.648)	251.648	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	336.696	164.019	652.034	2.043	55.840	384.483	-	1.595.115	(677)	1.594.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo NC Farma

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.226.814	1.137.190
Ajustes de			
Depreciação	17 e 25	72.585	32.948
Amortização	25	3.907	4.807
Perda na alienação de imobilizado	17	26.486	18.860
Valor residual de ativo imobilizado baixado		321	7.107
(Reversão) provisão para perdas ao valor recuperável do contas a receber	13 e 25	(61)	7.648
Ganho por compra vantajosa - Multilab	26	(53.434)	-
(Reversão) provisão para desvalorização do estoque	14 e 25	(1.070)	14.719
Provisão para processos judiciais	20	(3.816)	20.962
Provisão de juros		13.231	25.767
Resultado de não controladas reconhecido por equivalência patrimonial		(23.388)	-
Provisão de impairment		874	790
Perdas (ganhos) cambiais não realizados de atividades financeiras	27	35.600	8.573
Baixa de sinistro - incêndio	26	290.754	-
Direito de ressarcimento de sinistro - incêndio	26	(199.640)	-
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	13	132.055	(87.903)
Estoques	14	(374.429)	88.657
Contas a receber de partes relacionadas	28	6.839	(26.412)
Tributos a recuperar	15	(134.466)	(146.446)
Demais contas a receber	16	(18.280)	23.584
Depósitos judiciais	20	11.095	(23.107)
Fornecedores e outras obrigações	18	197.077	(34.577)
Salários a pagar e encargos		-	(1.409)
Tributos a recolher		17.033	3.573
Impostos parcelados	22	(8.402)	(6.633)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	28	3.776	17.147
Caixa gerado nas operações		<u>1.221.461</u>	<u>1.085.845</u>
Juros pagos	19	(32.859)	(25.205)
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	<u>(200.975)</u>	<u>(263.336)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>987.627</u>	<u>797.304</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	17	(309.562)	(71.277)
Valor pago em combinação de negócio, líquido do caixa adquirido no consolidado		(30.098)	-
Aplicação financeira vinculada a incentivos fiscais	12	(8.529)	-
Aquisição de ativo intangível		(588)	(8.101)
Mútuo entre partes relacionadas	28	42.000	(151.872)
Outros investimentos		<u>1.492</u>	<u>(29.864)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(305.285)</u>	<u>(261.114)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo		(263)	(291)
Obtenção de empréstimos	19	230.477	25.168
Pagamento de principal de empréstimos	19	(111.763)	(87.588)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	23 e 28	<u>(625.368)</u>	<u>(404.284)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(506.917)</u>	<u>(466.995)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		175.425	69.195
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11	<u>162.704</u>	<u>93.509</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11	<u>338.129</u>	<u>162.704</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais)

1 Base para elaboração das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo NC Farma estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas às atividades do Grupo NC Farma julgadas relevantes pela administração, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo NC Farma, os seguintes procedimentos foram observados:

a. Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o período coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

As seguintes entidades estão sendo consideradas no processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas:

- **EMS S.A** - A EMS S.A. (a "EMS") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas, tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da EMS está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo.
- **CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A** - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o “Remédio Popular”, vinculada a Secretária do Estado de São Paulo, por meio de concessão. O objetivo é desenvolver o conhecimento do Governo quanto a tecnologia e patentes bem como atuar no fornecimento exclusivo de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 01 de Agosto de 2015.
- **EMS Sigma Pharma Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional.
- **Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional.

- **Luxbiotech Farmacêutica Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocosméticos de última geração em âmbito nacional.
- **Monteresearch SRL** - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras.
- **Rio Bio Pharmaceuticals, LLC** - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotista, acionista ou sócia.
- **Germed Farmacêutica Ltda** - A Germed Farmacêutica Ltda. é uma empresa que foi constituída em 1964. A empresa tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, homeopáticos, veterinários, odontológicos, alimentícios dietéticos, de higiene, de toucador, cosméticos, perfumes, domissanitários, fitossanitários, insumos farmacêuticos, drogas e correlatos, síntese de antibióticos, de química fina e industrial. A sede social da empresa está localizada na Rodovia Jornalista Francisco A. Proença, Km 08 - Hortolândia - SP
- **Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda** - é uma empresa constituída em 04 de Agosto de 2010 que tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos, próprios e de terceiros. A sede social da empresa está localizada na Avenida Torquato Tapajós, nº 17.703 - Manaus - AM, onde iniciou suas atividades operacionais em julho de 2014.
- **Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.** - Em julho de 2018, a Novamed obteve o controle da Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., uma entidade que tem como objetivo o desenvolvimento e a comercialização de produtos farmacêuticos. A sede social da empresa está localizada n RS 401 KM 30, nº 1009, São Jeronimo - RS, CEP 96.700-000.
- **Nova Química Farmacêutica S.A** - foi constituída em 1994. O Grupo tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas.

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2018 e
relatório dos auditores independentes

As entidades combinadas têm participação societária controlada pelas seguintes partes de forma direta ou indireta:

Acionista/quotista	EMS S.A. (Consolidada)	Germed Farmacêutica Ltda (Combinada)	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda (Consolidada)	Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda (Consolidado)	Nova Química Farmacêutica S.A. (Combinada)	CPM (Consolidada)	Monterresearch (Consolidada)	Rio Biopharmaceuticals (Consolidada)	EMS Sigma (Consolidada)	Legrand (Consolidada)	Luxbiotech (Consolidada)
EMS S.A.	-	-	-	-	-	64.205.000	90.000	3.308	7.662.451	136.464	29.571.851
NC Participações S.A.	19.800.000	-	-	-	-	400.000	-	-	77.398	1.379	206.158
Germed Farmacêutica LDA.	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Eduardo Sanchez	-	-	29.036.250	-	-	-	-	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	-	-	-	685.213.744	-	-	-	-	-	-	-
Leonardo Sanchez Secundino	-	-	4.839.375	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	-	4.839.375	-	-	-	-	-	-	-	-
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	-	5.239.000	-	-	49.500.002	-	-	-	-	-	-
Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.	-	5.033.644	-	-	8.250.000	-	-	-	-	-	-
Global Energy Fundo de Investimento Participações	-	-	-	-	8.250.000	-	-	-	-	-	-
Total	20.000.000	10.272.644	38.715.000	685.213.744	66.000.002	64.605.000	90.000	3.308	7.739.849	137.843	29.778.009

As informações financeiras de cada uma das entidades combinadas podem ser assim sumarizadas:

Balanco patrimonial - 2018

	EMS S.A.	Germed Farmacêutica Ltda	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Nova Química Farmacêutica S.A.	CPM (*)	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Eliminações	Combinado
Ativo circulante	1.624.632	474.800	1.034.620	167.600	79.629	20.758	304.997	45.547	(1.360.030)	2.392.553
Ativo não circulante	1.206.365	26.967	343.348	78.087	16.636	3.420	7.694	560	(118.079)	1.564.998
Passivo circulante	(1.543.675)	(403.295)	(619.137)	(147.191)	(13.481)	(14.291)	(288.529)	(35.685)	1.312.774	(1.752.509)
Passivo não circulante	(434.570)	(65.655)	(82.123)	(8.532)	(243)	(4.131)	(8.745)	(6.604)	-	(610.604)
Patrimônio líquido	(852.751)	(32.817)	(676.708)	(89.964)	(82.541)	(5.756)	(15.417)	(3.819)	165.335	(1.594.438)

Demonstração do resultado do exercício - 2018

	EMS S.A	Germed Farmacêutica Ltda	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Nova Química Farmacêutica S.A	CPM	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Eliminações	Combinado
Receita operacional líquida	3.341.307	546.168	1.253.569	364.197	83.993	14.615	438.800	4.607	(2.007.571)	4.039.685
Custo das vendas	<u>(1.955.218)</u>	<u>(376.687)</u>	<u>(519.886)</u>	<u>(224.945)</u>	<u>(33.518)</u>	<u>(11.546)</u>	<u>(257.449)</u>	<u>(4.669)</u>	<u>2.034.151</u>	<u>(1.349.767)</u>
Lucro bruto	1.386.089	169.481	733.683	139.252	50.475	3.069	181.351	(62)	(26.580)	2.689.918
Despesas operacionais	(1.073.196)	(84.381)	645	(42.720)	(31.157)	(4.715)	(86.054)	(39.074)	(41.245)	(1.401.897)
Resultado financeiro líquido	(34.198)	(3.252)	(21.979)	(3.777)	68	(743)	549	2.104	22	(61.207)
Resultado antes dos impostos	278.695	81.848	712.349	92.755	19.366	(2.389)	95.846	(37.032)	(14.643)	1.226.814
Imposto de renda e contribuição social	<u>9.284</u>	<u>(27.141)</u>	<u>(98.018)</u>	<u>(30.984)</u>	<u>(1.143)</u>	<u>172</u>	<u>(31.946)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(179.775)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>287.979</u>	<u>54.707</u>	<u>614.331</u>	<u>61.771</u>	<u>18.243</u>	<u>(2.217)</u>	<u>63.900</u>	<u>(37.032)</u>	<u>(14.643)</u>	<u>1.047.039</u>

Balço patrimonial - 2017

	EMS S.A	Germed Farmacêutica Ltda	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Nova Química Farmacêutica S.A	CPM (*)	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Eliminações	Combinado
Ativo circulante	1.135.995	398.324	706.453	158.828	87.063	16.288	249.758	75.712	(969.446)	1.858.975
Ativo não circulante	1.197.917	26.328	266.632	54.884	6.617	3.478	6.074	1.083	(329.537)	1.233.476
Passivo circulante	(1.234.675)	(125.348)	(154.138)	(92.128)	(29.220)	(2.006)	(58.562)	(12.336)	883.317	(825.096)
Passivo não circulante	(239.089)	(67.820)	(114.430)	(4.179)	(163)	(3.787)	(4.276)	(2.213)	(138)	(436.095)
Patrimônio líquido	<u>(860.148)</u>	<u>(231.484)</u>	<u>(704.517)</u>	<u>(117.405)</u>	<u>(64.297)</u>	<u>(13.973)</u>	<u>(192.994)</u>	<u>(62.246)</u>	<u>415.804</u>	<u>(1.831.260)</u>

Demonstração do resultado do exercício - 2017

	EMS S.A	Germed Farmacêutica Ltda	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Nova Química Farmacêutica S.A	CPM	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Eliminações	Combinado
Receita operacional líquida	3.242.649	530.642	941.163	295.687	82.109	8.701	419.904	3.116	(1.811.630)	3.685.659
Custo das vendas	(1.782.656)	(330.916)	(345.950)	(155.933)	(39.460)	(2.671)	(282.281)	(1.958)	1.763.748	(1.178.077)
Lucro bruto	1.459.993	199.726	595.213	139.754	42.649	6.030	137.623	1.158	(101.338)	2.507.582
Despesas operacionais	(1.027.853)	(94.113)	(36.468)	(46.736)	(5.824)	(4.076)	(79.292)	(12.555)	(64.831)	(1.345.067)
Resultado financeiro líquido	(9.489)	(4.669)	(18.927)	728	641	(159)	472	6.030	45	(25.325)
Resultado antes dos impostos	422.651	100.944	539.818	93.746	37.466	1.795	58.803	(5.367)	(112.668)	1.137.190
Imposto de renda e contribuição social	(116.382)	(33.121)	(67.726)	(31.485)	(9.332)	(531)	(19.644)	(1.814)	-	(280.035)
Resultado líquido do exercício	306.269	67.823	472.092	62.261	28.134	1.264	39.159	(7.181)	(112.668)	857.155

(*) Em 2017 o Grupo CPM avaliou e quantificou os passivos oriundos do seu contrato de concessão com o Governo do Estado. As obrigações do contrato de concessão somam R\$ 56.210(R\$ 68.739 em 2016) , porém não registradas para os propósitos dessas demonstrações financeiras combinadas, por não terem sido consideradas relevantes. Tivessem essas obrigações sido registradas, o patrimônio da CPM seria sido diminuído para R\$ 37.098 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 45.368 em 2016), líquido do imposto de renda diferido constituído sobre a provisão no montante de R\$ 19.111 (R\$ 23.371 em 2016).

b. Critérios de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

Os princípios de consolidação do CPC 36 foram utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo, que considerou dentre outros procedimentos:

- Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas;
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de setembro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas/quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa nº 6.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 5.

2 Aquisição de controlada

Em julho de 2018, a Empresa Novamed obteve o controle da Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.(denominada Controlada), uma entidade que tem como objetivo o desenvolvimento e a comercialização de produtos farmacêuticos, ao adquirir 100,00% das quotas dessa entidade.

A aquisição de controle da Multilab permitirá ao Grupo maior participação no mercado de farmacêutico.

No período de julho até de dezembro 2018, a Controlada contribuiu com uma receita líquida de R\$ 58.386 mil e lucro de R\$ 3.613 mil às demonstrações financeiras consolidadas da Novamed.

a. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes de contraprestação transferida.

Resumo da avaliação	Valor contábil	Valor justo
Intangíveis identificáveis		
Marca	Não aplicável	20.753
Carteira de clientes	Não aplicável	6.984
Ativos		
Imobilizado líquidos	55.955	70.895
Caixa	13.828	13.828
Provisão para perdas com processos judiciais	(21.757)	(21.757)
Passivo contingente	-	(7.746)
Outros passivos líquidos	15.348	42.279
Total	63.374	97.499

Custo de aquisição

O Grupo incorreu em custos relacionados a aquisição no valor de R\$ 350 mil referente aos honorários advocatícios e os custos de due diligence. Os honorários advocatícios e os custos de due diligence foram registrados como “despesas administrativas” na demonstração do resultado.

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Resumo dos valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Descrição	Valor de Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	13.828	-	13.828
Duplicatas a receber	41.786	-	41.786
Estoques	36.236	-	36.236
Imobilizado	55.955	14.940	70.895
Intangível	5.834	26.930	32.765
Outros créditos	4.862	-	4.862
Fornecedores e outras contas a pagar	(73.370)	-	(73.370)
Provisão para perdas com processos judiciais	(21.757)	-	(21.757)
Passivo contingente assumido na aquisição	-	(7.746)	(7.746)
Total líquido dos ativos identificados	<u>63.374</u>	<u>34.124</u>	<u>97.499</u>

O valor justo atribuído foi apurado com base em laudo de avaliação de consultores independentes correspondentes à aquisição de 100% do capital social da Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos.

Mensuração de valores justos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos relevantes adquiridos foram as seguintes:

Ativos e passivos adquiridos

Técnica de avaliação

Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica. <u>Marcas:</u> O método considerou a metodologia <i>Multi Period Excess Earnings Method</i> (MPEEM), aplicação específica do fluxo de caixa descontado.
Intangível	<u>Carteira de clientes:</u> método de projeção ao longo da vida útil estimada dos relacionamentos recorrentes, deduzidas dos custos e despesas correspondentes. A Controlada está envolvida em processos trabalhistas. A avaliação da administração é que a probabilidade de perda é possível, reconhecido pelo valor justo deste passivo contingente,
Passivos contingentes	levando em conta os possíveis resultados do processo judicial, é de R\$ 7.746 mil.

Ganho por compra vantajosa

O ganho por compra vantajosa reconhecido como resultado da aquisição foi mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle, conforme quadro a seguir:

	Nota
Contraprestação transferida (*)	(a) (44.065)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(b) <u>97.499</u>
Ganho por compra vantajosa (nota 26)	<u>53.434</u>

(*) Considerando o Caixa da Empresa adquirida no valor de R\$ 13.967

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a administração do Grupo utilizou julgamentos estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguinte nota explicativa:

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - mensuração da provisão por perda ao valor recuperável do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 14** - reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques: principais premissas na determinação da perda dos estoques sem movimentação ou vencidos;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento e mensuração das provisões para perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e
- **Nota explicativa 21** - imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- **Nota explicativa 15 e 20 - Benefícios fiscais de ICMS:** O Grupo possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, o Grupo vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. Nesse momento, não há qualquer expectativa da Administração de que esse assunto possa trazer um efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo.

5 Mudanças nas políticas contábeis

O grupo aplicou inicialmente o CPC 47 usando o método retrospectivo, conforme CPC 23 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. Um série de outras normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Entidade combinada denominado “Grupo NC Farma”.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- Reclassificação dos acordos comerciais, da rubrica de despesas com vendas para a rubrica de deduções de vendas na demonstração de resultado do exercício.
- Reclassificação do valor recuperável do contas a receber apresentado separadamente na Demonstração do Resultado.

a. CPC 47 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços, portanto, determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O principal impacto da aplicação retrospectiva dessa nova norma contábil está apresentado no quadro a seguir:

Natureza	Mudança na política contábil e impactos para a Entidade combinada denominado “Grupo NC Farma” O Grupo tem como prática firmar acordos comerciais com seus clientes com o objetivo de alavancar suas vendas.
Acordos comerciais	Pela nova norma contábil, como esses acordos referem-se a uma contraprestação a pagar ao cliente estão sendo apresentados como dedução de vendas ao invés de despesas com vendas.

A tabela a seguir resume o impacto da adoção do CPC 47 na demonstração do resultado para o encerramento em 31 de dezembro de 2018, e a representação não material dos saldos correspondentes da demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2017. As demais peças contábeis não foram afetadas por conta da adoção dessa nova norma contábil.

	31 de dezembro de 2018		
	Antes da adoção do CPC 47	Reclassificação	Após da adoção CPC 47 Apresentado -
Receita operacional líquida	4.128.830	(89.145)	4.039.685
Custo do produto vendido	(1.349.767)	-	(1.349.767)
Lucro bruto	2.779.063	(89.145)	2.689.918
Despesas de vendas	(421.472)	89.145	(332.327)
Outros	(1.310.552)	-	(1.310.552)
Resultado do exercício	1.047.039	-	1.047.039
Lucro atribuível à acionistas controladores	1.046.829		1.046.829
Lucro atribuível à não controladores	210	-	210
Resultado do exercício	1.047.039	-	1.047.039
	31 de dezembro de 2017		
	Originalmente apresentado sem CPC 47	Reclassificação	Reapresentado Após CPC 47
Receita operacional líquida	3.760.269	(74.610)	3.685.659
Custo do produto vendido	(1.178.077)	-	(1.178.077)
Lucro bruto	2.582.192	(74.610)	2.507.582
Despesas de vendas	(407.164)	74.610	(332.554)
Outros	(1.3117.873)	-	(1.317.873)
Resultado do exercício	857.155	-	857.155
Lucro atribuível à acionistas controladores	856.626	-	856.626
Lucro atribuível à não controladores	529	-	529
Resultado do exercício	857.155	-	857.155

O CPC 47 não teve impacto significativo nas políticas contábeis de reconhecimento da receita. Informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas ao reconhecimento de receita estão apresentadas na nota explicativa nº7.c

b. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, o Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exige que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado.

Anteriormente, a abordagem do Grupo era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. Consequentemente, o Grupo reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de R\$ 1.217 e R\$ (2.569), reconhecidas pelo CPC 38, como “outras despesas” para “perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber” na demonstração dos resultados, individuais e consolidadas, respectivamente, para 31 de dezembro de 2017, também consideradas não material.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não identificou perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

Adicionalmente, o Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

- Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros
- O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.
- O CPC 48 retém grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.
- A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros. Para uma explicação de como o Grupo classifica e mensura os instrumentos financeiros relacionadas com o CPC 48 estão apresentados na nota explicativa nº 6.b.
- A tabela a seguir explica as categorias de mensuração original no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º. de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos em 1º. de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

<i>(em milhares de Reais)</i>	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
<i>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo:</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	162.704	162.704
Contas a receber de clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	824.452	824.452
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	59.596	59.596
Empréstimos partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	269.961	269.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.372	3.372
Outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	<u>54.519</u>	<u>54.519</u>
Total dos ativos financeiros			<u>1.374.604</u>	<u>1.374.604</u>
<i>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:</i>				
Fornecedores no país	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	355.700	355.700
Fornecedores a pagar – partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	23.631	23.631
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	434.034	434.034
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	844.209	844.209
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	<u>168.949</u>	<u>168.949</u>
Total dos passivos financeiros			<u>1.826.523</u>	<u>1.826.523</u>

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

O Grupo e suas investidas realizaram uma avaliação de seus recebíveis ao longo do tempo, observando a eficiência de seus recebimentos, pela evolução das faixas de vencimento de um *aging list* e a deteriorização significativa da qualidade de um crédito em função de um ou mais eventos que impactam os fluxos de caixa estimados de um ativo financeiro. A partir dessa nessa avaliação, foi determinada a base histórica de perdas de créditos esperados que foi aplicada sobre o saldo do contas a receber de clientes a vencer de 31 de dezembro de 2018.

Em 1º de janeiro de 2018, o aumento nas perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 não foram significativos, portanto, o Grupo decidiu aplicar essa norma prospectivamente para 31 de dezembro de 2018.

Contabilidade de hedge

O CPC 48, não gerou impacto na contabilização de *hedge*, pois o Grupo não possui transações dessa natureza.

6 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) *Transações e saldos em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado.

(ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

b. Receita de contrato com clientes

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018 e estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços e determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento relacionadas:

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativa	Reconhecimento de receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º. de janeiro de 2018, porém adotado retrospectivamente ao exercício de 2017, conforme permitido pela norma)
Farmacêuticos e relacionados	Os clientes obtêm o controle dos produtos farmacêuticos quando são entregues e aceitos nas dependências do cliente. Acordos comerciais firmados com os clientes para alavancar suas vendas são aplicados diretamente na nota fiscal de venda dos produtos e reconhecidos como dedução das vendas. As faturas são emitidas naquele momento e devem ser pagas, normalmente, no prazo médio de 90 dias. Devoluções de produtos são trocadas por somente por novos produtos ou créditos, portanto, não há devolução em dinheiro.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. O Grupo reconhece essa receita líquida dos acordos comerciais que na avaliação da Administração estão enquadrados no item 70 do CPC 47, pois refere-se a uma contraprestação a pagar ao cliente. A receita reconhecida é líquida dos impostos, das devoluções efetivas e outros abatimentos.

Os efeitos da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos na nota explicativa nº 5(a)

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

d. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB) (Nota 19). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção.

O Grupo considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido.

Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado refere-se a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida.

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

A entidade combinada Novamed possui subvenção governamental representada pelo benefício fiscal decorrente da Lei 2.826/2003, a qual regulamenta a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado do Amazonas.

O incentivo visa isentar o pagamento de 100% do ICMS (Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre as saídas de alguns produtos da Empresa. O benefício foi aprovado pelo Decreto 33.817 de 30 de julho de 2013.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A entidade combinada Novamed possui a subvenção governamental de redução de 75% do imposto de renda, para parte das operações da Empresa, inclusive adicionais não-restituíveis em conformidade com a portaria 283/13.

Em conformidade com a Lei n° 11.638/07 e CPC 07, o montante referido ao subsídio da SUDENE foi reconhecido no resultado confrontando a despesa com imposto de renda, depois foi transferido para a conta Reserva de Incentivo Fiscal e não pode ser distribuído aos quotistas.

A Empresa também possui o benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, que permite às entidades beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa a 50% (cinquenta por cento) dos 30% (trinta por cento) do IRPJ devido.

Regime Especial

Para consolidar as estratégias do Grupo dentro do Grupo NC, foi homologado à EMS SIGMA FARMA, Regime Especial concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 04/2018, sob n° 1474/2015 e anuído pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas por meio do ATO DECLARATÓRIO 104/2018 – DETRI/SER/SEFAZ.

O Regime Especial tem como objeto autorizar a EMS SIGMA FARMA, após realizar industrialização (embalagem) sob encomenda da fabricante NOVAMED FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, remeter os produtos, por conta e ordem do encomendante, diretamente a armazém geral paulista, utilizando procedimento similar ao previsto no artigo 408 do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS/SP).

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras.

f. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Empresa gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A entidade combinada Novamed goza de redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social em parte de suas operações conforme mencionado na nota explicativa 7.e.

g. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas com estoques é constituída com base nos critérios divulgados nota 7.i.

h. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos

Aeronave	15
Benfeitorias	30
Edificações	60
Máquinas	entre 3-25
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos entre	entre 5-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

i. Ativos intangíveis

(i) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos com os quais o Grupo opera possuem as seguintes características:

a. Prática contábil vigente antes de 1º de janeiro de 2018

(i) Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo foram classificados sob a seguinte categoria:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Em dezembro de 2017, os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, dividendos a receber e outros recebíveis.

Os passivos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados sob as seguintes categorias:

- Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2017, no caso do Grupo, compreendem saldos a pagar a fornecedores e partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

(ii) Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou

as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado. A metodologia utilizada para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida é alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os custos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b. Prática contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2018

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

(i) Ativos financeiros

Mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros na categoria mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; e
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(ii) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2018, no caso do Grupo, compreendem saldos a pagar a fornecedores e partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outros passivos.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Baixa (desreconhecimento) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, a Empresa transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade combinada EMS, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Entidade combinada EMS, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos com problema de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;
- reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação e baixa da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Abaixo apresentamos os critérios para constituição das principais provisões:

Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber (Nota 13)

A provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber é constituída de acordo com o escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48, conforme descrito na nota explicativa nº 5(b) - *Impairment* de ativo financeiro.

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados.

Provisão para perda dos estoques (Nota 14)

A provisão é constituída com base na política interna definida pelo Grupo, que leva em consideração as perdas na realização dos estoques. Estas perdas podem estar relacionadas a lotes de medicamentos vencidos e a vencer no prazo de 180 dias e produtos utilizados em pesquisas e desenvolvimento.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

Provisão para perdas com processos judiciais (nota 20)

O Grupo é parte envolvido em processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores externos e internos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

e. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas/quotistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social das Entidade combinada “Grupo NC Farma”, Estatutos Sociais e/ou Contratos sociais. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório nas sociedades anônimas, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

f. Arrendamento

No início do contrato ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo.

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o

reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

g. Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem da Companhia pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixar de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual a Companhia atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº. 10 - Gestão de riscos financeiros

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Espera-se que as seguintes normas tenham impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e estima que tais mudanças não deverá ter um impacto significativo para o Grupo.

Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Como o Grupo não atua como arrendadora não se espera impacto decorrente da adoção dessa norma sob a ótica de arrendadora.

O Grupo pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo a adoção do CPC 06(R2) será reconhecido como ajuste no saldo de abertura nos lucros acumulados de 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima um efeito cumulativo da adoção inicial, nos ativos de direito de uso no valor de R\$ 41.101 e nos passivos de arrendamento de R\$ 52.411.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Entidade combinada EMS:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

IFRS 17 Contratos de Seguro.

9 Reclassificação não significativa de anos anteriores

O Grupo adotou retrospectivamente o CPC 47 e assim efetuou a reclassificação de acordos comerciais anteriormente classificados nas Demonstrações de Resultado, individuais e consolidadas, como Despesas com vendas para Deduções de vendas.

O impacto dessa reclassificação nas Demonstrações de Resultado está apresentada na nota explicativa nº 5 (a).

10 Gestão de riscos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco cambial;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional

a. Visão geral

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege as empresas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado para algumas de suas operações. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não possuía operações de derivativos não liquidados em suas demonstrações financeiras.

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos ("USD"). O risco cambial decorre de operações com fornecedores e clientes do exterior.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional.

A exposição ao risco cambial (líquida) está apresentada a seguir:

	2018			2017		
	USD	Euro	Reais	USD	Euro	Reais
Contas a receber de clientes	823	786	7.812	1.007	908	5.603
Fornecedores	15.253	-	50.716	(37.883)	(543)	(129.315)
Exposição líquida	16.076	786	58.528	(36.876)	365	(123.712)

(ii) *Análise de sensibilidade risco cambial*

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa, conjuntamente, as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas stressadas conforme cenários abaixo.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações indexadas ao dólar:

Risco	Tipo	Exposição ME	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Alta USD	Clientes	823	3.700	3,87	13	4,84	790	5,81	2.594	
Alta USD	Fornecedores	(47.668)	(126.209)	3,87	2.816	4,84	(41.338)		(130.922)	
Alta Euro	Fornecedores	(1.560)	(6.925)	4,44	-	5,55	(1.731)	5,81	(6.060)	
Alta Iene	Fornecedores	(1.410)	(50)	0,04	-	0,04	(12)	6,66	(44)	
		<u>(49.835)</u>	<u>(129.484)</u>		<u>(2.829)</u>		<u>(42.291)</u>		<u>(134.432)</u>	

Risco	Tipo	Exposição ME	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Queda USD	Clientes	823	3.700	3,87	13	2,91	(804)	1,94	(1.937)	
Queda USD	Fornecedores	(47.688)	(126.209)	3,87	2.816	2,91	51.008	1,94	111.655	
Alta Euro	Fornecedores	(1.560)	(6.925)	4,44	-	3,33	1.731	2,22	4.328	
Alta Iene	Fornecedores	(1.410)	(50)	0,04	-	0,03	12	0,02	31	
		<u>(49.835)</u>	<u>(129.484)</u>		<u>2.289</u>		<u>51.947</u>		<u>114.077</u>	

Risco	Tipo	Exposição (USD)	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cambial	Clientes	1.007	3.240	3,31	91	4,14	924	4,96	1.757	
Cambial	Fornecedores	(37.883)	(125.158)	3,31	(194)	4,14	(31.573)	4,96	(62.779)	
		<u>(36.876)</u>	<u>(121.918)</u>		<u>(103)</u>		<u>(30.649)</u>		<u>(61.022)</u>	

Risco	Tipo	Exposição (USD)	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cambial	Clientes	1.007	3.240	3,31	91	2,45	(741)	1,63	(1.574)	
Cambial	Fornecedores	(37.883)	(125.158)	3,31	(194)	2,45	31.190	1,63	62.571	
		<u>(36.876)</u>	<u>(121.918)</u>		<u>(103)</u>		<u>30.449</u>		<u>60.997</u>	

c. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado em nível de Grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima ao risco de crédito é:

	2018	2017
		Reapresentado
Caixa e equivalente de caixa	338.129	162.704
Contas a receber de clientes	734.265	824.452
Outros recebíveis	267.502	49.443
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	12.164	3.372
Contas a receber de partes relacionadas	55.564	59.596
Mútuo entre partes relacionadas	227.961	269.961
	1.635.485	1.369.528

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável em 1º. de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 7.1.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado.

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 338.129 em 31 de dezembro de 2018 (162.704 em 2017). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody’s.

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo havia emitido garantias para certos bancos em relação as linhas de crédito concedidas à empresas do Grupo, como segue:

- Em 06 de setembro de 2018 a coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A realizou uma captação de R\$ 130.000, através do CRI (Certificado de recebíveis imobiliários), garantida por fiança corporativa da Entidade combinada EMS, com rating e lastreado em debêntures não conversíveis em ações. A remuneração é de 102,5% CDI, com vencimento do principal em 26 de agosto de 2021 e amortização dos juros semestrais.
- Em 27 de dezembro de 2027 a Coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A finalizou a captação de R\$ 125.000, através da emissão de notas promissórias nos moldes da ICVM nº 476. As notas promissórias foram distribuídas com esforços restritos garantidas por fiança emitidas pela Entidade combinada EMS, sem rating necessário e com vencimento do principal e juros em 180 dias a contar da data de emissão.
- A coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A obteve financiamento imobiliário utilizada para a construção de imóveis residenciais (plano empresário) com taxas de juros atualizados pela TR mais 10,5% a 15% ao ano e que estão garantidos por alienação fiduciária e fiança do Grupo e seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$ 0 (R\$ 99.540 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, o Grupo figura como fiadora de obrigações assumidas por outras empresas, como segue:

- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$ 240.969 e prazo de pagamento em 05 de dezembro de 2019.
- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$ 80.835 e prazo de vencimento 27 de fevereiro de 2019.
- Unidade de Diagnóstico Médico em Radiologia Intervenção e Terapia Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$ 18.143 e prazo de pagamento em 08 de fevereiro de 2021.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 19) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

	Fluxo de caixa	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	(524.646)	(517.712)	(6.933)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(23.631)	(23.631)	-	-	-
Empréstimos	(434.034)	(108.961)	(161.647)	(156.303)	(7.123)
Dividendos a pagar	(844.209)	(844.209)	-	-	-
	<u>(1.826.520)</u>	<u>(1.494.513)</u>	<u>(168.580)</u>	<u>(156.303)</u>	<u>(7.123)</u>
Posição líquida					
Em 31 de dezembro de 2017					
Fornecedores e outras contas a pagar	(351.414)	(351.414)	-	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(17.147)	(17.147)	-	-	-
Empréstimos	(314.092)	(116.669)	(154.316)	(42.776)	(331)
Dividendos a pagar	(180.474)	(180.474)	-	-	-
	<u>(863.127)</u>	<u>(665.704)</u>	<u>(154.316)</u>	<u>(42.776)</u>	<u>(331)</u>
Posição líquida					

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros passivos e portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes da legislação vigente.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

(i) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Em 2018, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2017, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 1,05% e 1,09%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados (consolidado):

	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 19)	434.034	314.092
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	<u>(338.129)</u>	<u>(162.704)</u>
Dívida líquida	<u>95.905</u>	<u>151.388</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.595.115</u>	<u>1.828.397</u>
Total do capital (capital + dívida líquida)	<u><u>1.691.020</u></u>	<u><u>1.979.785</u></u>
Índice de alavancagem financeira	1,06	1,08

f. Classificação dos instrumentos

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como custo amortizado (empréstimos e recebíveis em 2017) e outros passivos financeiros. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	2018		2017 Reapresentado	
	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	338.129	-	162.704	-
Contas a receber de clientes	734.265	-	824.452	-
Contas a receber de partes relacionadas	55.465	-	59.596	-
Mútuo entre partes relacionadas	227.961	-	269.961	-
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	12.164	-	3.372	-
Outros recebíveis	272.579	-	54.519	-
Total dos ativos financeiros	1.640.563	-	1.374.604	-
Fornecedores	-	355.700	-	221.048
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	23.631	-	17.147
Dividendos a pagar	-	844.209	-	180.474
Empréstimos	-	434.034	-	314.092
Outras contas a pagar	-	168.949	-	130.366
Total dos passivos financeiros	-	1.826.523	-	863.127

(i) Risco da taxa de juros

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão atreladas as captações de aplicações financeiras e empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	CDI	Aplicação	28/01/2019	5,18	3.824	6,48	248	7,78	297	
26.919	CDI	Aplicação	03/09/2019	6,34	1.706	7,92	135	9,5	162	
26.540	CDB	Aplicação	21/03/2019	5,54	1.469	6,92	102	8,3	122	
24.755	CDI	Aplicação	17/12/2020	5,76	1.426	7,2	103	8,64	123	
23.209	CDI	Aplicação	11/01/2019	0,0533	1237	0,0666	1546	0,0799	1855	
16.864	CDI	Aplicação	22/10/2019	0,0656	1106	0,082	1382	0,0983	1659	
15.612	CDI	Aplicação	20/03/2019	5,44	849	6,8	58	8,16	69	
15.530	CDI	Aplicação	26/03/2019	5,44	845	6,8	57	8,16	69	
14.243	CDI	Aplicação	19/12/2019	5,57	793	6,96	55	8,35	66	
12.273	CDI	Aplicação	02/01/2019	0,0642	788	0,0803	985	0,0963	1182	
11.981	CDI	Aplicação	24/09/2019	0,0665	797	0,0831	996	0,0998	1195	
10.324	CDI	Aplicação	n/a	6,4	661	8	53	9,6	63	
8.529	CDI	Aplicação	n/a	0,061	520	0,0762	650	0,0915	780	
5.273	CDI	Aplicação	n/a	6,5	343	8,12	28	9,75	33	
			02/07/2040 a							
3.635	CDI	Aplicação	30/05/2041	6,08	221	7,6	17	9,12	20	
3.486	CDI	Aplicação	06/02/2019	5,44	190	6,8	13	8,16	15	
3.394	CDI	Aplicação	19/12/2019	0,0557	189	6,96	236	8,35	283	
3.365	CDI	Aplicação	27/02/2019	0,0557	187	6,96	234	8,35	281	
2.722	CDI	Aplicação	27/02/2019	5,57	152	6,96	11	8,35	13	
2.368	CDI	Aplicação	06/03/2019	5,5	130	6,88	9	8,26	11	
2.158	CDI	Aplicação	27/03/2019	0,0546	118	0,0682	147	0,0983	177	
1.655	CDI	Aplicação	10/12/2019	0,055	91	6,88	114	8,26	137	
1.639	CDI	Aplicação	n/a	6,02	99	7,52	7	9,02	9	
1.462	CDI	Aplicação	24/10/2019	5,44	80	6,8	5	8,16	6	
1.352	CDI	Aplicação	20/02/2019	0,055	74	6,88	93	8,26	112	
1.167	CDI	Aplicação	29/08/2019	6,02	70	7,52	5	9,02	6	
1.146	CDI	Aplicação	20/02/2019	5,5	63	6,88	4	8,26	5	
1.028	CDI	Aplicação	03/10/2023	6,02	62	7,52	5	9,02	6	
820	CDI	Aplicação	28/03/2019	5,31	44	6,64	3	7,97	3	
793	CDI	Aplicação	24/01/2019	0,052	41	0,065	52	0,078	62	
622	CDI	Aplicação	10/12/2019	5,5	34	6,88	2	8,26	3	
<u>318.632</u>					<u>18.209</u>		<u>7.355</u>		<u>8.824</u>	

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2018 e
relatório dos auditores independentes

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	CDI	Aplicação	28/01/2019	5,18	3.824	3,89	149	2,59	99	
26.919	CDI	Aplicação	03/09/2019	6,34	1.706	4,75	81	3,17	54	
26.540	CDI	Aplicação	21/03/2019	5,54	1.469	4,15	61	2,77	41	
24.755	CDI	Aplicação	17/12/2020	5,76	1.426	4,32	62	2,88	41	
15.612	CDI	Aplicação	20/03/2019	5,44	849	4,08	35	2,72	23	
15.530	CDI	Aplicação	26/03/2019	5,44	845	4,08	34	2,72	23	
14.243	CDI	Aplicação	19/12/2019	5,57	793	4,18	33	2,78	22	
10.324	CDI	Aplicação	n/a	6,4	661	4,8	32	3,2	21	
5.273	CDI	Aplicação	n/a	6,5	343	4,87	17	3,25	11	
			02/07/2040 a							
3.635	CDI	Aplicação	30/05/2041	6,08	221	4,56	10	3,04	7	
3.486	CDI	Aplicação	06/02/2019	5,44	190	4,08	8	2,72	5	
2.722	CDI	Aplicação	27/02/2019	5,57	152	4,18	6	2,78	4	
2.368	CDI	Aplicação	06/03/2019	5,5	130	4,13	5	2,75	4	
1.639	CDI	Aplicação	n/a	6,02	99	4,51	4	3,01	3	
1.462	CDI	Aplicação	24/10/2019	5,44	80	4,08	3	2,72	2	
1.167	CDI	Aplicação	29/08/2019	6,02	70	4,51	3	3,01	2	
1.146	CDI	Aplicação	20/02/2019	5,5	63	4,13	3	2,75	2	
1.028	CDI	Aplicação	03/10/2023	6,02	62	4,51	3	3,01	2	
820	CDI	Aplicação	28/03/2019	5,31	44	3,98	2	2,66	1	
622	CDB	Aplicação	10/12/2019	5,5	34	4,13	1	2,75	1	
3.365	CDI	Aplicação	27/02/2019	0,0557	187	4,18	141	2,78	94	
3.394	CDI	Aplicação	19/12/2019	0,0557	189	4,18	142	2,78	94	
1.655	CDI	Aplicação	10/12/2019	0,055	91	4,13	68	2,75	46	
1.352	CDI	Aplicação	20/02/2019	0,055	74	4,13	56	2,75	37	
11.981	CDI	Aplicação	24/09/2019	0,0665	797	0,0499	598	0,0333	398	
12.273	CDI	Aplicação	02/01/2019	0,0642	788	0,0482	591	0,0321	394	
16.864	CDI	Aplicação	22/10/2019	0,0656	1.106	0,0492	829	0,0328	553	
2.158	CDI	Aplicação	27/03/2019	0,0546	118	0,0409	88	0,0273	59	
8.529	CDI	Aplicação	n/a	0,061	520	0,0457	390	0,0305	260	
23.209	CDI	Aplicação	11/01/2019	0,0533	1.237	0,04	928	0,0266	618	
793	CDI	Aplicação	24/01/2019	0,052	41	0,039	31	0,026	21	
<u>318.632</u>					<u>18.209</u>		<u>4.414</u>		<u>2.942</u>	

Grupo NC Farma
*Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2018 e
relatório dos auditores independentes*

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em31/12/2017	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
62.607	CDI	Aplicação financeira	04/09/2018	9,83	6.155	12,29	7.693	14,75	9.232	
6.699	CDI	Aplicação financeira	04/01/2022	4,82	323	6,03	404	7,23	484	
5.719	CDB	Aplicação financeira	16/07/2024	8,01	458	10,01	573	12,02	687	
5.023	CDI	Aplicação financeira	31/01/2018	9,33	506	12,6	633	15,12	760	
4.001	CDI	Aplicação financeira	03/12/2026	10,08	373	11,67	467	14	560	
2.600	CDI	Aplicação financeira		6,95	252	8,69	315	10,43	378	
3.623	CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	9,43	342	11,79	427	14,15	513	
582	CDI	Aplicação financeira	14/03/2018 04/10/2017	9,93	58	12,41	72	14,9	87	
10.194	CDI	Aplicação (Ativo)	a18/10/2018 18/10/2017 a	11,08%	1.130	13,85%	1.412	16,62%	1.695	
1.895	CDI	Aplicação (Ativo)	15/10/2018 04/12/2017 a	8,53%	162	10,66%	202	12,80%	243	
1.335	CDI	Aplicação (Ativo)	03/01/2018 06/12/2017 a	6,45%	86	8,07%	108	9,68%	129	
627	CDI	Aplicação (Ativo)	05/01/2018 08/12/2017 a	6,45%	40	8,07%	51	9,68%	61	
130	CDI	Aplicação (Ativo)	08/01/2018 11/12/2017 a	6,45%	8	8,07%	11	9,68%	13	
722	CDI	Aplicação (Ativo)	10/01/2018 12/12/2017 a	6,45%	47	8,07%	58	9,68%	70	
3.167	CDI	Aplicação (Ativo)	11/01/2018 14/12/2017 a	6,45%	204	8,07%	255	9,68%	307	
952	CDI	Aplicação (Ativo)	15/01/2018 15/12/2017 a	6,45%	61	8,07%	77	9,68%	92	
18.588	CDI	Aplicação (Ativo)	03/01/2018 18/12/2017 a	6,95%	1.292	8,69%	1.615	10,43%	1.938	
1.372	CDI	Aplicação (Ativo)	17/01/2018 19/12/2017 a	6,45%	89	8,07%	111	9,68%	133	
851	CDI	Aplicação (Ativo)	18/01/2018 21/12/2017 a	6,45%	55	8,07%	69	9,68%	82	
2.082	CDI	Aplicação (Ativo)	22/01/2018 22/12/2017 a	6,45%	134	8,07%	168	9,68%	202	
180	CDI	Aplicação (Ativo)	08/01/2018 26/12/2017 a	4,97%	9	6,21%	11	7,45%	13	
530	CDI	Aplicação (Ativo)	25/01/2018 27/12/2017 a	6,45%	34	8,07%	43	9,68%	51	
2.497	CDI	Aplicação (Ativo)	11/01/2018 28/12/2017 a	6,95%	174	8,69%	217	10,43%	260	
1.213	CDI	Aplicação (Ativo)	29/01/2018 28/12/2017 a	6,45%	78	8,07%	98	9,68%	117	
4.006	CDI	Aplicação (Ativo)	04/01/2018	6,45%	259	8,07%	323	9,68%	388	
3.372	CDI	Aplicação (Ativo)	28/12/2017	6,82%	177	8,35%	222	10,23%	266	
144.567					12.482		15.606		18.725	

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2018 e
relatório dos auditores independentes

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
10.194	CDI	Aplicação (Ativo)	04/10/2017 a 18/10/2018	11,08%	1.130	8,31%	847	5,54%	565
1.895	CDI	Aplicação (Ativo)	15/10/2018 a 04/12/2017	8,53%	162	6,40%	121	4,27%	81
1.335	CDI	Aplicação (Ativo)	03/01/2018 a 06/12/2017	6,45%	86	4,84%	65	3,23%	43
627	CDI	Aplicação (Ativo)	05/01/2018 a 08/12/2017	6,45%	40	4,84%	30	3,23%	20
130	CDI	Aplicação (Ativo)	08/01/2018 a 11/12/2017	6,45%	8	4,84%	6	3,23%	4
722	CDI	Aplicação (Ativo)	10/01/2018 a 12/12/2017	6,45%	47	4,84%	35	3,23%	23
3.167	CDI	Aplicação (Ativo)	11/01/2018 a 14/12/2017	6,45%	204	4,84%	153	3,23%	102
952	CDI	Aplicação (Ativo)	15/01/2018 a 15/12/2017	6,45%	61	4,84%	46	3,23%	31
18.588	CDI	Aplicação (Ativo)	03/01/2018 a 18/12/2017	6,95%	1.292	5,21%	969	3,48%	646
1.372	CDI	Aplicação (Ativo)	17/01/2018 a 19/12/2017	6,45%	89	4,84%	66	3,23%	44
851	CDI	Aplicação (Ativo)	18/01/2018 a 21/12/2017	6,45%	55	4,84%	41	3,23%	27
2.082	CDI	Aplicação (Ativo)	22/01/2018 a 22/12/2017	6,45%	134	4,84%	101	3,23%	67
180	CDI	Aplicação (Ativo)	08/01/2018 a 26/12/2017	4,97%	9	3,72%	7	2,48%	4
530	CDI	Aplicação (Ativo)	25/01/2018 a 27/12/2017	6,45%	34	4,84%	26	3,23%	17
2.497	CDI	Aplicação (Ativo)	11/01/2018 a 28/12/2017	6,95%	174	5,21%	130	3,48%	87
1.213	CDI	Aplicação (Ativo)	29/01/2018 a 28/12/2017	6,45%	78	4,84%	59	3,23%	39
4.006	CDI	Aplicação (Ativo)	04/01/2018	6,45%	259	4,84%	194	3,23%	129
62.607	CDI	Aplicação financeira	04/09/2018	9,83	6.155	7,08	239	4,72	159
6.699	CDI	Aplicação financeira	04/01/2022	4,82	323	7,45	43	4,97	29
5.719	CDB	Aplicação financeira	16/07/2024	8,01	458	7	280	4,67	187
5.023	CDI	Aplicação financeira	31/01/2018	10,08	506	7	352	4,67	234
4.001	CDI	Aplicação financeira	02/12/2022	9,33	373	3,62	242	2,41	161
3.623	CDI	Aplicação financeira	02/07/2040 a 30/05/2041	6,95	252	6,01	344	4,01	229
3.372	CDI	vinculada a empréstimo	14/03/2018	9,43	318	5,21	189	3,48	126
582	CDI	Aplicação financeira	28/12/2017	9,93	58	7,37	4.616	4,92	3.077
2.600	CDI	Aplicação financeira		6,82	177	5,12	133	3,41	89
<u>144.567</u>					<u>12.482</u>		<u>9.334</u>		<u>6.220</u>

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2018 e
relatório dos auditores independentes

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
213.646	Leasing Financeiro	Empréstimo	100	213.646	125	267.058	150	320.469
52.658	P&D Finep	Empréstimo	100	52.658	125	65.823	150	78.987
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo	100	20.120	125	25.150	150	30.180
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo	100	7.419	125	9.274	150	11.129
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo	100	6.819	125	8.524	150	10.229
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo	100	6.519	125	8.149	150	9.779
2.052	Pró/DF	Empréstimo	100	2.052	125	2.565	150	3.078
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo	100	1.532	125	1.915	150	2.298
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo	100	1.604	125	2.005	150	2.406
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo	100	1.687	125	2.109	150	2.530,5
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo	100	1.198	125	1.498	150	1.797
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo	100	857	125	1.071	150	1.285,5
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo	100	567	125	709	150	850,5
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo	100	386	125	483	150	579
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo	100	372	125	465	150	558
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo	100	223	125	279	150	334,5
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo	100	70	125	88	150	105
1.441	FINAME	Empréstimo	100	1.441	125	1.801	150	2.161
2.903	BNDES	Empréstimo	100	2.903	125	3.629	150	4.355
39.670	BNDES	Empréstimo	100	39.670	125	49.588	150	59.505
28.436	BNDES	Empréstimo	100	28.436	125	35.546	150	42.655
363	BNDES	Empréstimo	100	363	125	454	150	545
30.278	BNDES	Empréstimo	100	30.278	125	37.848	150	45.418
13.020	BNDES	Empréstimo	100	13.020	125	16.275	150	19.530
194	BNDES	Empréstimo	100	194	125	243	150	292
434.034				434.034		542.545		651.056

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
213.646	Leasing Financeiro	Empréstimo	100	213.646	75	160.235	50	106.823
52.658	P&D Finep	Empréstimo	100	52.658	75	39.494	50	26.329
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo	100	20.120	75	15.090	50	10.060
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo	100	7.419	75	5.564	50	3.710
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo	100	6.819	75	5.114	50	3.410
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo	100	6.519	75	4.889	50	3.260
2.052	Pró/DF	Empréstimo	100	2.052	75	1.539	50	1.026
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo	100	1.532	75	1.149	50	766
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo	100	1.604	75	1.203	50	802
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo	100	1.687	75	1.265	50	843
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo	100	1.198	75	898	50	599
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo	100	857	75	643	50	428
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo	100	567	75	425	50	283,5
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo	100	386	75	289	50	193
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo	100	372	75	279	50	186
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo	100	223	75	167	50	111
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo	100	70	75	52	50	35
1.441	FINAME	Empréstimo	100	1.441	75	1.081	50	720
2.903	BNDES	Empréstimo	100	2.903	75	2.178	50	1.452
39.670	BNDES	Empréstimo	100	39.670	75	29.753	50	19.835
28.436	BNDES	Empréstimo	100	28.436	75	21.327	50	14.218
363	BNDES	Empréstimo	100	363	75	273	50	182
30.278	BNDES	Empréstimo	100	30.278	75	22.709	50	15.139
13.020	BNDES	Empréstimo	100	13.020	75	9.765	50	6.510
194	BNDES	Empréstimo	100	194	75	146	50	97
434.034				434.034		325.527		217.018

(ii) Classificação contábil e mensuração dos valores justos

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) o Grupo aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Entidade combinada EMS.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

2018	Valor justo de instrumentos financeiros por meio do resultado				Valor justo das demais categorias		Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo		
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	338.129	338.129	338.129
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	734.265	734.265	734.265
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	55.464	55.464	55.464
Mútuo entre partes relacionadas	-	-	-	-	227.961	227.961	227.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	12.164	12.164	12.164
Outros recebíveis	-	-	-	-	267.502	267.502	267.502
Total	-	-	-	-	1.635.485	1.635.485	1.635.485
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	355.700	355.700	355.700
Fornecedores partes relacionadas	-	-	-	-	23.631	23.631	23.631
Dividendos a pagar	-	-	-	-	844.209	844.209	844.209
Empréstimos	-	-	-	-	434.034	434.034	434.034
Outras contas a pagar	-	-	-	-	168.949	168.949	168.949
Total	-	-	-	-	1.826.523	1.826.523	1.826.523
Valor justo de instrumentos financeiros por meio do resultado							
2017	Valor justo de instrumentos financeiros por meio do resultado				Valor justo das demais categorias		Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo		
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	162.704	162.704	162.704
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	824.452	824.452	824.452
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	59.596	59.596	59.596
Mútuo entre partes relacionadas	-	-	-	-	269.961	269.961	269.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	3.372	3.372	3.372
Outros recebíveis	-	-	-	-	54.519	54.519	54.519
Total	-	-	-	-	1.374.604	1.374.604	1.374.604
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	221.048	221.048	221.048
Fornecedores partes relacionadas	-	-	-	-	17.147	17.147	17.147
Dividendos a pagar	-	-	-	-	180.474	180.474	180.474
Empréstimos	-	-	-	-	314.092	314.092	314.092
Outras contas a pagar	-	-	-	-	130.366	130.366	130.366
Total	-	-	-	-	863.127	863.127	863.127

A Empresa utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada a empréstimo:** são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- **Contas a receber de clientes e partes relacionadas:** decorrem diretamente das operações do Grupo e seus clientes e são classificados como curto amortizado (empréstimos e recebíveis em 2017). São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas de valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- **Empréstimos a receber de partes relacionadas:** são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores contratuais.
- **Empréstimos e financiamentos:** são classificados como outros passivos financeiros estão registrados pelos seus valores contratuais.
- **Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas:** decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias do Grupo com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras
- **Outros recebíveis e outras contas a pagar:** são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Banco	31.660	21.509
Aplicações financeiras	306.469	141.195
	338.129	162.704

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI.

12 Aplicação financeira vinculada a empréstimo

	2018	2017
Aplicações financeira vinculada a empréstimo	12.164	3.372
	12.164	3.372

A aplicação financeira classificada no longo prazo no valor de R\$ 12.164 (R\$ 3.372 em 2017) efetuada no Banco de Brasília, trata-se de garantia do financiamento de ICMS concedido à Entidade combinada EMS à título de subvenção governamental (Nota 7.e). O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.

13 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Contas a receber de clientes	770.082	860.330
Menos: provisão por perda ao valor recuperável	<u>(35.817)</u>	<u>(35.878)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>734.265</u>	<u>824.452</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2018	2017
Vincendos	623.736	716.257
Vencidos até três meses	71.726	89.457
Vencidos de três a seis meses	30.806	39.571
Vencidos acima de seis meses	<u>43.814</u>	<u>15.045</u>
Total	<u><u>770.082</u></u>	<u><u>860.330</u></u>

As movimentações na provisão por perda ao valor recuperável do Grupo são as seguintes:

	2018	2017
Em 1o de janeiro	<u>(35.878)</u>	<u>(28.230)</u>
Combinação de negócios	(1.157)	-
Créditos provisionados	(24.387)	(23.336)
Reversão de créditos provisionados	<u>25.605</u>	<u>15.688</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>(35.817)</u></u>	<u><u>(35.878)</u></u>

Os saldos a receber de clientes são registrados pelo valor líquido e não auferem juros. Os valores a receber de clientes estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão por perda ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

O Grupo não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

14 Estoques

	2018	2017
Matéria-prima	286.992	341.596
Produtos acabados	204.349	102.827
Produtos em elaboração	89.057	55.515
Material de embalagem e outros	37.782	37.829
Adiantamento a fornecedores terceiros	35.963	28.339
Importações em andamento	55.923	24.049
Provisão para obsolescência	<u>(41.517)</u>	<u>(42.587)</u>
	<u><u>668.549</u></u>	<u><u>547.568</u></u>

O consumo de matérias primas, os materiais de consumo e variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no “Custo das Vendas” totalizaram R\$ 1.349.767 (R\$ 1.178.077 em 2017).

Os critérios utilizados para a constituição da provisão para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 7.m.

15 Tributos a recuperar

	2018	2017
Programa de integração social - PIS e Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (a)	185.236	161.972
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	81.368	66.809
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	11.624	9.888
IRPJ e CSLL	94.459	9.776
Outros	30.659	14.365
	403.346	262.810
Circulante	328.644	215.212
Não circulante	74.702	47.598
	403.346	262.810

(a) Refere-se a crédito a Pis e Cofins sobre aquisição de insumos.

(b) O crédito refere-se a ICMS sobre aquisição de insumos.

A parcela de impostos a recuperar de longo prazo é substancialmente referente à Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado.

16 Outros recebíveis

	Consolidado	
	2018	2017
Indenização de sinistro (*)	200.395	-
Adiantamento à fornecedores terceiros	39.654	42.400
Adiantamento à funcionários	18.227	444
Outros	14.303	11.675
	272.579	54.519
Circulante	267.502	49.443
Não circulante	5.077	5.076
	272.579	54.528

(*) Refere-se ao montante inicial estimado dos prejuízos indenizáveis à Companhia, conforme condições e cláusulas contratuais de apólice de seguro em virtude de sinistro ocorrido em 20 de outubro de 2018 pelo incêndio na dependência da Companhia na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo. Esse saldo está composto substancialmente pelo custos dos estoques e dos ativos imobilizados atingidos pelo incêndio na referida data. O impacto no resultado esta demonstrado na nota explicativa 25- Despesas por natureza. Foram recebidos R\$ 150.805 mil referente ao reembolso do sinistro entre Janeiro e Abril de 2019, após essa data nada mais foi recebido.

17 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Benfeitorias e Outros	Obras em andamento (**)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	257.231	284.883	21.614	-	68.829	38.693	671.250
Aquisições	5.527	22.355	3.049	77	40.152	-	71.160
Alienações	-	(4.903)	(1.578)	-	(23.525)	-	(30.006)
Transferências	41.425	(11.589)	4.417	-	(34.253)	-	-
Depreciação	(6.878)	(17.442)	(1.725)	(1)	-	(2.746)	(28.792)
Saldo contábil, líquido	297.305	273.304	25.777	76	51.203	35.947	683.612
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	363.457	434.194	50.425	919	51.203	49.730	949.928
Depreciação acumulada	(66.152)	(160.890)	(24.648)	(843)	-	(13.783)	(266.316)
Saldo contábil, líquido	297.305	273.304	25.777	76	51.203	35.947	683.612
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	297.305	273.304	25.777	76	51.203	35.947	683.612
Aquisições	3.195	9.386	3.465	-	80.733	212.904	309.683
Custo de ativos adquiridos em combinação de negócio	17.270	32.498	6.790	-	-	-	56.558
Valor justo dos ativos adquiridos	18.908	(1.114)	(2.855)	-	-	-	14.940
Alienações	(41)	(930)	(514)	-	(10.420)	(30.919)	(42.824)
Transferências	1.215	10.784	661	-	(12.660)	-	-
Depreciação	(17.462)	(34.533)	(6.468)	(1)	--	1.172	(57.292)
Saldo contábil, líquido	320.391	289.395	26.856	75	108.856	219.104	964.677
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	409.878	520.330	64.531	918	108.856	231.715	1.336.230
Depreciação acumulada	(89.489)	(230.935)	(37.675)	(843)	-	(12.611)	(371.553)
Saldo contábil, líquido	320.391	289.395	26.856	75	108.856	219.104	964.677

18 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores estrangeiros	207.116	130.871
Fornecedores nacionais	106.247	54.155
Fornecedores de serviços	42.337	36.022
	355.700	221.048

19 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento	2018	2017
Banco Regional de Brasília (c) financiamento do ICMS (a)	25 % do INPC (i)	Dezembro de 2031	2.052	2.052
BNDES (b)	(b)	Novembro de 2018 a Junho de 2020	43.903	39.843
FINAME	TJLP + 2% a.a. à 6% 1,21% a.a à 3,23% a.a. e Libor +	Outubro de 2016 a fevereiro de 2023	5.361	7.208
Leasing financeiro (d)	0,35% a.a	Maior de 2023	213.646	35.477
FINEP (a)	(a)	Abril de 2023	52.767	61.476
FINAME	TJLP (ii) +2%aa+1,5%aa	Dezembro de 2020	1.441	1.429
BNDES	3,5% a.a.	Setembro de 2020	2.903	4.563
BNDES	TJLP (ii) + 1,5% a.a.	Setembro de 2020	39.670	61.935
BNDES	TRP (iii) + 1,5% a.a.	Outubro de 2020	28.436	41.091
BNDES	TJLP (ii).	Setembro de 2020	363	567
BNDES	TJLP (ii)+ 1,5% a.a	Agosto de 2021	30.278	41.318
BNDES	TJLP (ii) +1,7% a.a.	Agosto de 2021	13.020	16.866
Santander	TJLP (ii)	Agosto de 2021	194	267
			434.034	314.092
Parcela do Circulante			108.961	116.669
Parcela do não circulante			325.073	197.423

- (i) Taxa efetiva anual.
- (ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- (iii) Taxa de Referência (TR).
- (a) Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, *pro rata tempore*, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de *spread*, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano.
- (b) O saldo refere-se a empréstimos obtidos com o BNDES conforme apresentado abaixo:
- (i) Liberação de valor do contrato de Financiamento firmado com o BNDES em 2018 para melhoria da unidade fabril de Brasília. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 20.000.
- (ii) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R\$ 75.712 que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R\$ 7.430 com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a e com pagamento final 15/03/2026.
- (iii) Liberação de parte do valor do contrato de financiamento firmado com BNDES em 14 de maio de 2015, destinado a expansão do Centro de Distribuição logístico localizado na cidade de Jaguariúna/SP. O BNDES concedeu um crédito R\$ 19.141, o qual será disponibilizado em parcelas, de acordo com a necessidade do Grupo e a disponibilidade de recursos do BNDES, após o cumprimento das condições estabelecidas para a liberação do crédito, entre elas a comprovação da utilização dos recursos outrora liberados. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,79% a.a. acima da TJLP (TJLP + 1,79% a.a.), sendo os juros exigidos trimestralmente a partir de 15 de outubro de 2015 e mensalmente a partir de 15 de novembro de 2016, quando o principal também se torna devido. O saldo devedor será liquidado em parcelas mensais devidos até 15 de maio de 2020. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 6.519.
- (iv) Financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$ 55.682, dividido em três subcréditos:

- (a) Subcrédito "A" - no valor de R\$ 21.664 destinados à transferência e modernização da linha de penicilânicos da planta de São Bernardo do Campo - SP para uma unidade produtiva em Jaguariúna - SP e modernização da planta de Hortolândia - SP, no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 6.819.
- (b) Subcrédito "B" - R\$ 4.960 destinados à aquisição de equipamentos nacionais para execução do projeto mencionado no subcrédito "A", no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 1.604.
- (c) Subcrédito "C" - R\$ 29.058 destinados à aquisição de equipamentos importados para execução do projeto mencionado no subcrédito "A", no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 1.531.

O crédito será posto à disposição das beneficiárias parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação.

O total dos subcréditos deve ser utilizado no prazo de até 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato.

Sobre o principal da dívida incidirão: (i) juros de 1,59% a.a. acima da TJLP (TJLP + 1,59% a.a.) para o Subcrédito "A"; (ii) juros de 6% a.a. para o subcrédito "B"; e (iii) juros de 3,59% a.a. acima da TR (TR + 3,59% a.a.) para o Subcrédito "C".

A EMS S.A. deu ao BNDES a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação e fiança bancária como garantia.

- (c) Banco Regional de Brasília - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor do Grupo no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R\$ 458.638 (valor original).
Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal.
O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria nº 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF nº 097, de 21 de maio de 2009.
Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente.

O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela Entidade combinada EMS, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R\$ 3.635 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.372 em 31 de dezembro de 2017).

Fica entendido que o benefício creditício poderá ser cancelado, ficando assegurado o credor (Banco BRB) o direito de declarar vencido antecipadamente o instrumento de crédito, tornando imediatamente exigível o total da dívida, nas seguintes hipóteses: (i) o Grupo deixe de cumprir as obrigações do contrato e da legislação do PRÓ/DF; (ii) se ficar em situação irregular perante o cadastro fiscal da secretaria da receita federal e da secretaria da fazenda do distrito federal; (iii) utilizar o imóvel destinado à implementação do projeto de empreendimento produtivo para fins residenciais; e (iv) ocorrência de encerramento das atividades do empreendimento objeto do incentivo.

O benefício econômico (subvenção governamental), calculado considerando a diferença entre a taxa de mercado da data de liberação do financiamento e as taxas de juros obtida (curva prefixada (PRE x DI) da BM&F), é reconhecido como receita diferida e lançada no resultado linearmente de acordo com o prazo de vencimento de cada liberação efetuada. Em 31 de dezembro de 2017, a receita diferida reconhecida pelo Grupo era de 19.032 (R\$ 19.032 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de março de 2014, o Grupo participou da sessão pública do leilão BRB/FUNDEFE No. 001/2014 para liquidação antecipada do financiamento com recursos do FUNDEFE/PRÓ-DF II. Na mesma data foram liquidados os lotes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do leilão referente a CCC 2001.000030-0/01-9 pelo montante de R\$ 16.587. O saldo remanescente refere-se às parcelas do ano de 2013 ainda não liberadas pelo programa PRÓ-DF.

Em 2014 o programa PRÓ-DF foi substituído por um novo programa instituído pelo Distrito Federal através da Lei 5.017, de 18 de janeiro de 2013 (IDEAS - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Social).

- (d) Leasing Financeiro JP Morgan - refere-se à compra de uma aeronave. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 213.539.

Durante o exercício de 2018, o Grupo não efetuou movimentação para reconhecimento de ganho de subvenção.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas não financeiras que foram integralmente atendidas no encerramento do exercício.

A Empresa forneceu ao BNDES imóveis adquiridos com o recurso do financiamento e fiança bancária como garantia.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no não circulante em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Ano	2018	2017
De 13 até 24 meses	108.961	102.224
De 25 meses até 60 meses	325.073	211.868
Total	434.034	314.092

Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

	Empréstimo de Curto Longo prazo	Dividendos Propostos	Total	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total
	2018			2017		
Saldo em 31 de dezembro do ano anterior	314.092	94.289	408.381	376.042	93.277	469.319
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:	-	-	-	-	-	-
Captação de empréstimos	230.477	-	230.477	25.168	-	25.168
Amortização de empréstimos	(111.765)	-	(111.765)	(87.588)	-	(87.588)
Dividendos Pagos	-	(625.368)	(625.368)	-	(404.284)	(404.284)
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	118.712	(625.368)	(506.656)	(62.420)	(404.284)	(466.704)
Outros Itens:						
Despesas com juros e variação cambial	34.089	-	34.089	25.675	-	25.675
Pagamento de juros e variação cambial	(32.859)	-	(32.859)	(25.205)	-	(25.205)
Dividendos provisionados	-	943.895	943.895	-	304.380	304.380
Total de outros itens	1.230	943.895	945.125	470	304.380	304.850
Saldo em 31 Dezembro do ano corrente	434.034	412.816	846.850	314.092	(6.627)	307.465

20 Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a. Composição

Nas datas das demonstrações financeiras, o Grupo e o Grupo apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Contingências tributárias e cíveis (i)	66.926	34.640	(17.954)	(19.863)	48.972	14.777
Contingências trabalhistas e previdenciárias (ii)	123.677	116.395	(27.918)	(35.120)	95.759	81.275
	<u>190.603</u>	<u>151.035</u>	<u>(45.872)</u>	<u>(54.983)</u>	<u>144.731</u>	<u>96.052</u>

As movimentações das provisões para contingências estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Em 1º de janeiro	151.035	124.068
Adição por combinação de negócios	20.637	-
Constituição da provisão demonstrada no resultado	62.532	45.165
Passivo contingente assumido na combinação de negócio	7.746	-
Atualização monetária	13.882	6.005
Reversão de provisão	<u>(65.229)</u>	<u>(24.203)</u>
Em 31 de dezembro	<u>190.603</u>	<u>151.035</u>

O valor integral da provisão para contingência está classificado no passivo não circulante.

(i) Processos cíveis e tributários

Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelo Grupo.

(ii) Processos trabalhistas

O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

A administração o Grupo, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

(iii) Perdas possíveis, não provisionadas

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	2018	2017
Tributárias		
Ágio (*)	1.334.774	1.220.502
ICMS (**)	142.018	8.569
Trabalhistas	200.703	180.139
Cíveis (***)	245.717	4.357.175
Imposto de renda e contribuição social	251.334	226.795
Outros	33.616	37.296
	2.208.162	6.030.476

(*) Refere-se ao auto de infração nº 16643.000392/2010-61 lavrado pela Receita Federal e se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta indedutibilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico".

O Grupo com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo *joint venture* com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé, reconhecida, inclusive, pela 1ª Turma do CARF, que cancelou a autuação. Recentemente, a empresa obteve decisão judicial, que manteve essa decisão favorável à empresa (determinando a anulação da decisão proferida em última instância administrativa, que havia acolhido recurso da Fazenda Nacional, o qual não preencheu os requisitos para admissibilidade).

(**) O Grupo possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, o Grupo vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

(***) Refere-se substancialmente a distrato contratual onde estão sendo discutidos indenização por lucros cessantes, multas e juros. Os valores em 2018 foram revisados pelos advogados para refletir uma expectativa de discussão de montante mais realista baseados em matéria de prova.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2018:

	Saldo em 31/12/2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2018
Provisão para processos judiciais	50.602	8.103	58.705
Provisão para faturados e não embarcados (cut-off)	16.028	26.629	42.657
Provisão por perda ao valor recuperável	12.199	(5.160)	7.039
Provisão para obsolescência	12.508	803	13.311
Provisão para participação no resultado	11.502	(1.221)	10.281
Provisão para amostra grátis	1.738	(111)	1.627
Provisão para locação de veículos	775	(618)	157
Outras provisões	12.203	5.798	14.804
Ganho por compra vantajosa Multilab	-	(18.168)	(18.168)
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(217)	2.626	2.409
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	5.524	(5.524)	-
Ajuste no resultado diferido referente a combinação de negócio (Multilab)	-	109	-
	122.862	13.266	132.822
	Saldo em 31/12/2016	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2017
Provisão para processos judiciais	42.182	8.420	50.602
Provisão para faturados e não embarcados (cut-off)	13.656	2.372	16.028
Provisão por perda ao valor recuperável	9.687	2.512	12.199
Provisão para obsolescência	7.624	4.884	12.508
Provisão para participação no resultado	6.712	4.790	11.502
Provisão para amostra grátis	2.275	(537)	1.738
Provisão para locação de veículos	267	508	775
Outras provisões	15.651	(3.447)	12.203
Provisão para comissão de venda	132	(132)	-
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	631	(848)	(217)
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	15.957	(10.433)	5.524
	114.774	8.089	122.862

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.226.814</u>	<u>1.137.190</u>
Incentivos fiscais	(146.077)	(118.892)
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(367.451)	(363.841)
Programa de Apoio ao Trabalhador (PAT)	270	276
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05 (EMS)	10.916	12.250
Redução 75% do imposto de renda por subvenção (Novamed)	92.811	77.018
Exclusão reembolso de seguro	75.930	-
Outras adições/exclusões	<u>7.749</u>	<u>(5.738)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(179.775)</u>	<u>(280.035)</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(193.041)	(288.124)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	<u>13.266</u>	<u>8.089</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(179.775)</u>	<u>(280.035)</u>
Alíquota efetiva	14.65%	24.63%

c. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2018	2017
Imposto de renda a recolher	43.403	50.430
Contribuição social a recolher	<u>12.301</u>	<u>9.737</u>
	<u>55.704</u>	<u>60.167</u>

22 Impostos parcelados

	2018	2017
Parcelamento - Lei no 11.941/09 (i)	78.396	80.757
Parcelamento de ICMS (ii)	<u>3.918</u>	<u>3.941</u>
Total	<u>82.314</u>	<u>84.698</u>
Parcela Circulante	17.618	16.093
Parcela Não circulante	64.696	68.605

- (i) Em novembro de 2009, a Companhia e a sua controlada EMS Sigma Pharma aderiram ao REFIS IV, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários. Os saldos dos impostos parcelados estão sujeitos a atualização monetária pela variação da taxa SELIC. A adesão ao programa visou equalizar e regularizar os passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) e previdenciários que estavam sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 180 meses, que conferiu a Companhia e sua controlada anistia parcial de 60% da multa, 20% sobre as multas isoladas e redução de 25% dos juros sobre a dívida original. A adesão ao parcelamento foi consolidada em julho de 2011 pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$ 23.922 e para a Sigma Pharma foi de R\$ 1.193.

Em dezembro de 2013, a Companhia solicitou parcelamento de débitos da Reabertura da Lei 11.941/2009, onde

foram incluídos os débitos previdenciários não parcelados anteriormente. Em 31 de dezembro de 2016, a adesão ao parcelamento se encontra pendente de consolidação.

Em agosto de 2014, a Companhia e sua controlada Sigma Pharma solicitaram o parcelamento de débitos conforme moldes da Lei 12.996/2014, onde foram incluídos valores não parcelados anteriormente, na opção de parcelamento em 120 meses, que conferiu a Companhia e sua controlada anistia parcial de 70% sobre as multas de mora e ofício, 25% sobre as multas isoladas, 30% sobre os juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal. A adesão ao parcelamento foi consolidada em julho de 2016 pela Receita Federal do Brasil. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$ 1.762 e para a Sigma Pharma foi de R\$ 51.

Em virtude do processo de consolidação em 2016 houve um acréscimo de R\$ 1.126.

- (ii) Refere-se, em sua maior parte, à adesão ao parcelamento do ICMS com o Governo do Distrito Federal ocorrida no segundo semestre de 2007, para quitação de débitos de ICMS gerados pela glosa de créditos considerados indevidos pelas autoridades fiscais, os quais reduziram o saldo a pagar desse imposto. A Companhia parcelou o valor do sinal no montante de R\$ 435 em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2007. O saldo remanescente é devido integralmente no mês subsequente ao término do parcelamento. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação do INPC acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o período do parcelamento.

a. O saldo de impostos parcelados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de:

	Consolidado	
	2018	2017
Principal	55.329	72.732
Juros	26.985	11.966
	82.314	84.698

23 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 336.696 em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, representado pelas ações/quotas abaixo:

Acionista/Quotista	EMS S.A	Germed	Novamed	Nova Química
		Farmacêutica Ltda	Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	
NC Participações S.A.	19.800.000	-	-	-
Germed Farmacêutica LDA.	200.000	-	-	-
Carlos Eduardo Sanchez	-	-	29.036.250	-
Leonardo Sanchez Secundino	-	-	4.839.375	-
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	-	4.839.375	-
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	-	5.239.097	-	49.500.002
Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.	-	5.034.644	-	8.250.000
Global Energy Fundo de Investimento Participações	-	-	-	8.250.000
Total	20.000.000	10.272.741	38.715.000	66.000.002

Acionista/Quotista	CPM	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Monteresearch
EMS S.A.	64.205.000	7.662.451	136.464	29.571.851	90.000
NC Participações S.A.	<u>400.000</u>	<u>77.398</u>	<u>1.379</u>	<u>206.158</u>	<u>-</u>
Total	<u>64.605.000</u>	<u>7.739.849</u>	<u>137.843</u>	<u>29.778.009</u>	<u>90.000</u>

b. Reserva de capital

- **Reserva de incorporação de ágio** - refere-se à contrapartida do ágio incorporado líquido da diferença entre seu valor e o benefício fiscal gerado pela sua amortização, o qual é proveniente da incorporação de ações da sua controladora EMS Investimentos S/A. A referida reserva poderá ser objeto de capitalização em futuras deliberações pela Assembleia.

c. Reserva de lucros

- **Reserva de incentivos fiscais** - o Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB) (Nota 14). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com o prazo de vencimento dos referidos empréstimos. Parte substancial do empréstimo foi liquidada e a respectiva receita com subvenção foi reconhecida no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para a rubrica incentivo fiscal no patrimônio líquido, como reserva de lucros, em 2014. Contudo ainda aguardamos a realização do leilão para quitação do valor residual. Em 2016, devido a quitação do Programa Ideas ocorreu a realização de R\$ 3.003.

A entidade combinada Novamed possui incentivo fiscal que reduz em 75% o valor do imposto de renda e contribuição social para parte das suas operações conforme Decreto-Lei no 1.598/77, e um incentivo que visa isentar o pagamento de 100% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a saída de alguns produtos conforme Lei 2.826/2003. Os valores apurados foram contabilizado no resultado do exercício para posterior constituição da reserva. O montante será realizado mediante absorção de prejuízos ou aumento de capital.

- **Reserva legal** - constituída, nas sociedades anônimas, em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas.
- **Retenção de lucros** - Constituída com o saldo do lucro líquido de 2018 e 2017 após a apropriação dos dividendos e a constituição de reserva legal. O montante de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembleia.

d. Dividendos (nas sociedade anônimas)

Os estatutos sociais das Companhias do Grupo NC prevêm a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária conforme cálculo demonstrado a seguir:

Em 2018	EMS S/A	Nova Química Farmacêutica S.A	Total
Lucro líquido do exercício	287.988	61.771	349.759
(-) Constituição reserva legal	-	(3.089)	(3.089)
Base de cálculo dos dividendos	<u>287.988</u>	<u>58.682</u>	<u>346.670</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>71.997</u>	<u>14.671</u>	<u>86.668</u>
Dividendos complementares distribuídos	-	31.333	31.333
Reserva de lucros de anos anteriores distribuídos	227.195	42.995	270.190
Total dividendos propostos e pagos no exercício	<u>299.192</u>	<u>88.999</u>	<u>388.191</u>
Em 2017	EMS S/A	Nova Química Farmacêutica S.A	Total
Lucro líquido do exercício	306.270	62.261	368.531
(-) Constituição reserva legal	-	(3.113)	(3.113)
Base de cálculo dos dividendos	<u>306.270</u>	<u>59.148</u>	<u>365.418</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>76.568</u>	<u>14.787</u>	<u>91.355</u>
Dividendos complementares distribuídos	-	1.366	1.366
Reserva de lucros de anos anteriores distribuídos	227.811	74.092	301.903
Total dividendos propostos e pagos no exercício	<u>2304.379</u>	<u>90.245</u>	<u>394.624</u>

A movimentação dos saldos dos dividendos a pagar, é conforme segue:

	2018	2017
Saldo inicial	180.474	190.133
(+) Complemento de dividendos a pagar aprovados em assembleias	1.202.435	303.270
(+) Dividendo mínimo obrigatório	86.668	91.355
(-) Pagamentos	<u>(625.368)</u>	<u>(404.284)</u>
(=) Saldo final do exercício	<u>844.209</u>	<u>180.474</u>

e. Destinação do resultado do exercício - Ltdas

De acordo com o contrato social de casa Empresa, o resultado do exercício será destinado após a aprovação pelos sócios da Empresa na ocasião da reunião de sócios quotistas. Até que ocorra a reunião de quotistas destinando o resultado o mesmo será mantido na rubrica de lucros acumulados.

24 Receita operacional

	2018	2017 Reapresentado vide nota 5
Vendas brutas de produtos deduzindo os abatimentos comerciais	5.282.545	4.806.599
Impostos sobre vendas	(1.055.583)	(998.923)
Devoluções sobre vendas	<u>(187.277)</u>	<u>(122.017)</u>
Receita operacional líquida	<u>4.039.685</u>	<u>3.685.659</u>

25 Despesas por natureza

	2018	2017
Matérias-primas e materiais de consumo	(913.241)	(776.621)
Salários e encargos sociais	(554.732)	(564.256)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(206.346)	(217.578)
Despesas de transporte	(146.439)	(108.225)
Custos previdenciários	(145.027)	(140.400)
Outros benefícios a empregados	(113.120)	(46.252)
Custos de publicidade	(100.079)	(140.972)
Encargos de depreciação, amortização e impairment	(76.869)	(33.532)
Amostras	(68.167)	(73.235)
Benefícios previstos em Lei	(59.290)	(69.595)
Pagamentos de arrendamentos operacionais	(49.491)	(46.927)
Viagens/estadas e refeições	(48.934)	(40.921)
Material de limpeza e escritório	(46.711)	(34.764)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	(39.272)	(32.381)
Plano de participação nos resultados	(34.199)	(28.102)
Energia elétrica, água e telefone	(30.901)	(29.184)
Provisão para perdas com processos judiciais	(28.212)	(19.271)
Combustíveis e lubrificantes	(25.513)	(25.418)
Outras despesas (receitas)	(18.522)	(29.759)
Provisão para perda de valor recuperável	1.217	(7.648)
Comissões sobre vendas	<u>(4.643)</u>	<u>(5.480)</u>
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	<u>(2.708.491)</u>	<u>(2.470.521)</u>
	2018	2017
Custo das vendas	(1.349.767)	(1.178.077)
Despesas com vendas	(332.327)	(332.554)
Provisão para perda de valor recuperável	1.217	(7.648)
Despesas administrativas	<u>(1.027.614)</u>	<u>(952.242)</u>
	<u>(2.708.491)</u>	<u>(2.470.521)</u>

26 Outras receitas (despesas), líquidas

	2018	2017
Outras receitas		
Reembolso do Seguro (**)	199.640	-
Ganho por compra vantajosa (nota 2.c)	53.434	-
Royalties	-	8.711
Outros	<u>7.193</u>	<u>-</u>
Total de outras receitas	<u>260.267</u>	<u>8.711</u>
Outras despesas		
Sinistro – Baixa de Estoques (*)	(290.754)	-
Impostos, taxas e contribuições	(12.686)	(44.584)
Outros	<u>-</u>	<u>(16.750)</u>
Total de outras despesas	<u>303.440</u>	<u>61.334</u>
Total de outras receitas (despesas), líquidas	<u>(43.173)</u>	<u>(52.623)</u>

- (*) Refere-se as perdas reconhecidas pelo Grupo com sinistro (incêndio) ocorrido em 20 de outubro de 2018 na sede do Grupo localizada em Hortolândia, Estado de São Paulo.
- (**) Refere-se ao montante inicial estimado dos prejuízos indenizáveis à Companhia, conforme condições e cláusulas contratuais da apólice de seguro em virtude do sinistro ocorrido em 20 de outubro de 2018. Esse saldo está composto substancialmente pelos custos dos estoques e dos ativos imobilizados atingidos pelo incêndio na referida data.

27 Resulto financeiro líquido

	2018	2017
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	14.168	15.621
Variação cambial ativa	66.210	16.681
Juros de duplicatas a receber	5.886	6.635
Outras	<u>11.278</u>	<u>12.250</u>
Total da receita financeira	<u>97.542</u>	<u>51.187</u>
Despesa financeira		
Juros	(67.516)	(34.368)
Variação cambial passiva	(55.516)	(25.136)
Perdas no recebimento de crédito e descontos concedidos	(4.679)	(7.061)
Outras	<u>(31.038)</u>	<u>(9.947)</u>
Total da despesa financeira	<u>(158.749)</u>	<u>(76.512)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(61.207)</u>	<u>(25.325)</u>

28 Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações do Grupo com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas:

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

	2018	2017
Contas a receber de partes relacionadas		
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltd	49.005	57.140
Germed Ltd	2.315	2.315
Outros	<u>1.436</u>	<u>141</u>
	<u>52.756</u>	<u>59.596</u>
	2018	2017
Contas a pagar - partes relacionadas		
Snellog Armazens Gerais e Logística Ltda	17.870	15.112
Instituto Vita Nova	2.792	1.942
Outros	<u>261</u>	<u>93</u>
	<u>20.923</u>	<u>17.147</u>
	2018	2017
Outros recebíveis de partes relacionadas		
Luxbiotech Farmacêutica Ltda	29.695	-
Instituto Vila Nova	750	925
Lorraine Administradora de bens e Participações Ltda		27.047
Outros	<u>1.804</u>	<u>2.038</u>
	<u>32.249</u>	<u>30.010</u>
	2018	2017
Outros contas a pagar de partes relacionadas		
Innoveren Pharma S/A	6.695	6.695
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda	<u>1.235</u>	<u>-</u>
	<u>7.930</u>	<u>6.695</u>

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em até dois meses. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Estas operações foram realizadas em condições definidas entre as partes relacionadas.

b. Dividendos a pagar

	2018	2017
Carlos Eduardo Sanchez	251.355	-
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	165.633	36.413
Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.	159.137	34.986
NC Participações S.A	77.145	75.528
Saltmont Fundo de investimento	66.749	11.090
Leonardo Sanchez Secundino	41.893	-
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	41.893	-
Germed Ltd	18.154	18.761
Global Energy	11.125	1.848
Saltriver Fundo de investimento	<u>11.125</u>	<u>1.848</u>
	<u>844.209</u>	<u>180.474</u>

c. Saldos de mútuo a receber

	2018	2017
3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A	227.961	227.961
NC Comunicações S.A.	<u>-</u>	<u>42.000</u>
	<u>227.961</u>	<u>269.961</u>

O saldo de empréstimos a receber possui taxa de juros de 1%, contudo os saldos são mantidos contabilmente à valores históricos, uma vez que o Grupo não definiu a exigibilidade ou não dos encargos sobre os contratos de mútuo com a parte relacionada 3Z Realty. Os ganhos acumulados não reconhecidos contabilmente somam R\$ 68.851 (R\$ 35.062 em 2017), que foram julgados não relevantes pela Administração.

d. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 3,73% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2018 (3,20% em 31 de dezembro de 2017).

* * *

Luiz Carlos Borgonovi
Diretor Presidente

Eber Ferreira Coelho
Diretor

Wagner A. Nilo Paschoal
Contador CRC 1SP 145242/O-5